

COOPERAÇÃO ENTRE ECONOMISTAS AGRÍCOLAS E ESTATÍSTICOS NA PRODUÇÃO DE ESTATÍSTICAS AGRÍCOLAS NO ESTADO DE SÃO PAULO

SALOMÃO SCHATTAN (*)

A proporção da participação da agricultura na renda bruta de um país é um dos indicadores do estágio de seu desenvolvimento. Assim, em geral, quanto maior fosse a importância da agricultura na economia de um país tanto menos desenvolvido ele seria.

Nossa agricultura tem grande peso na economia e não obstante apresenta os maiores problemas não resolvidos na área das estatísticas agrícolas.

É uma espécie de paradoxo este que os países mais necessitados de estatísticas agrícolas são os que menos dispõem delas, o que em última instância envolve alto custo social. A qualidade das decisões de política agrícola fica prejudicada devido a imprecisão ou ausência de informações estatísticas relativas aos problemas econômicos e sociais da agricultura. Falta uma base objetiva a partir da qual tomar decisões relativas a agricultura.

Note-se ainda outra dificuldade. Os órgãos de nível nacional, regional e estadual, oficiais ou privados, que produzem estatísticas agrícolas seja através de registros administrativos, seja através do levantamento de dados primários, mantém semi-sigilo a seu respeito, sendo em geral difícil consegui-los.

Cada vez que se necessita reunir informações relativas a determinado problema conclui-se invariavelmente que os levantamentos feitos não foram convenientemente planeja-

(*) Diretor da Divisão de Levantamentos e Análises Estatísticas -- Instituto de Economia Agrícola (IEA) -- Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo.

dos e que os dados levantados não foram criticados rigorosamente, antes dos cálculos finais. Por isso não apresentam a necessária coerência interna, sendo comum o conflito de dados obtidos por diferentes fontes mas tratando do mesmo assunto.

a) — *ESTATÍSTICAS AGRÍCOLAS — SEUS PROBLEMAS*

A mensuração dos aspectos econômicos e sociais do setor agrícola tem preocupado os órgãos especializados das organizações internacionais como a FAO e OEA que procuram orientar os órgãos nacionais de estatística agrícola, dando-lhes assistência técnica. Eles se propõem a ajudar na estruturação de organizações eficientes para a produção de estatísticas agrícolas capazes de responder de forma adequada as necessidades de cada país, tornando suas estatísticas compatíveis entre si, tornando ainda possíveis as comparações e o cálculo de totais regionais e mundiais representativos.

Segundo a Divisão de Estatística da FAO diversos países em desenvolvimento apresentam alguns problemas comuns na área das estatísticas agrícolas (1). A característica de suas atividades, e “o trabalho dos órgãos governamentais comum mais marcante seria a inexistência de programação encarregados da coleta, de dados não é o planejado de forma sistemática, tomando na devida conta as necessidades, os recursos e os níveis profissionais correntes na implantação de seus projetos de estatística, em vez disso, os projetos são formulados e aprovados diante de uma necessidade urgente”. Os trabalhos de campo são feitos de maneira apressada por uma equipe provisória que se dissolve ao fim do trabalho. Este mesmo ciclo se repete a cada nova necessidade considerada urgente pela administração.

Ora, o serviço de produção de estatísticas agrícolas se constitui em atividade-meio e o órgão encarregado de sua execução não pode prescindir dos princípios de organização racional. Assim, ele deverá satisfazer as necessidades dos usuários a um custo mínimo. Para isso terá que definir as necessidades, os recursos e o nível de capacitação profissional dos técnicos envolvidos no trabalho.

A eficiência do órgão exigirá que se prepare cada um dos projetos de trabalho entrando em contato prévio com os

(1) Newsletter Issued by the Statistics Division, Economic and Social Department F.A.O., Rome n.º 1, 1973.

usuários dos dados de forma a se garantir que suas necessidades são contempladas de maneira adequada. É ainda mais clara a necessidade de se identificar os problemas referentes à forma e obtenção das informações exigidas e seu tratamento estatístico. Finalmente a decisão sobre as fontes a utilizar para extração dos dados primários, a estruturação e a verificação do trabalho de campo devem merecer atenção especial.

De forma que a definição dos objetivos a serem atingidos, a fracionamento do programa em projetos de levantamento de dados, sua compatibilização e distribuição ao longo do tempo, bem como o dimensionamento correto dos recursos dos diferentes tipos são essenciais para fazer com que o programa seja implementado ao custo mínimo.

Pode-se ter uma idéia da complexidade de uma organização de estatística atualizada se examinamos a enumeração sucinta das necessidades de diferentes ordens com que ela se depara em consequência da amplitude das atividades do setor e a complexidade de seu relacionamento com os demais setores da economia.

Ela deve proporcionar informações para os que consomem produtos agrícolas, os que comerciam, transportam ou industrializam produtos de origem agropecuária. Os que financiam a produção. Os que produzem e vendem insumos. Finalmente, os órgãos de decisões governamentais que procuram compatibilizar esse conjunto de atividades, elaborando a política de abastecimento, armazenagem, exportação, pesquisa agrícola e extensão agrícola; e outras políticas mais gerais como monetária e fiscal.

Todos eles necessitam de informações quantitativas adequadas descrevendo a infraestrutura das empresas agrícolas bem como a conjuntura relativa à produção e comercialização dos produtos agrícolas nos diferentes meses do ano.

Além da complexidade das atividades agrícolas e de suas amplas conexões com os demais setores da economia há inúmeras outras circunstâncias desfavoráveis que dificultam a implantação de um sistema eficiente e adequado de estatísticas agrícolas no Brasil e que podem ser resumidas nos seguintes itens:

- a produção agrícola se processa em grande número de empresas independentes, espalhadas por ampla área geográfica;
- a caracterização das empresas agrícolas e de sua produção exige o levantamento de elevado número de informações de grande variabilidade. Este fato faz com que as modernas técnicas de amostragem só sejam economicamente viáveis para as grandes unidades administrativas, devendo as unidades administrativas menores (como os municípios) continuarem a fazer seus levantamentos pelos métodos tradicionais;
- a existência de amplo sistema de estatísticas em nível nacional ou regional não evitará a necessidade de levantamentos específicos quando do equacionamento de problemas especiais;
- o ensino da estatística nas escolas de agronomia não está voltado para a preparação de especialistas em estatísticas agrícolas oficiais;
- o levantamento de informações e seu processamento exige preparo e dedicação acima da média atualmente disponível no serviço público;
- um bom sistema de estatística agrícola exige muito esforço e seus resultados constituem melhoria da infraestrutura social que não pode ser apresentada de maneira espetaculosa.

Se levarmos em conta a complexidade do assunto de estatísticas agrícolas, as inúmeras dificuldades que seu levantamento apresenta e a debilidade das organizações administrativas ligadas ao problema, será possível compreender o que ocorre permitindo então dimensionar o grande esforço que se faz necessário para a sua implementação.

Acreditamos ser de interesse apresentar o que foi feito na Secretaria da Agricultura de S. Paulo nos últimos anos, como subsídio ao debate sobre a necessidade e a possibilidade de cooperação entre economistas agrícolas e estatísticos no planejamento e produção das estatísticas agrícolas necessárias.

b) *ESTATÍSTICAS AGRÍCOLAS NA SECRETARIA DA AGRICULTURA DO ESTADO DE SÃO PAULO, E O NÚCLEO DE ECONOMIA RURAL*

Os responsáveis pela Secretaria da Agricultura sempre incluíram em sua organização um serviço de estatística agrícola porque avaliam a importância de informações atualizadas e fidedignas que orientem suas decisões.

No período que precedeu a organização do IBGE em 1936, a Secretaria contava com o Serviço de Informação agropecuárias que foi então incorporado ao Departamento Estadual de Estatística. Este órgão foi criado para centralizar as informações estatísticas do Estado, da mesma forma que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística tinha por finalidade centralizar as estatísticas em nível nacional.

A organização consistia e ainda consiste de um conjunto de Agentes municipais de estatística contratados pelo IBGE e atuando nas sedes municipais. Além de coletar e elaborar estatísticas as mais diversas, os Agentes municipais preenchiam quatro vezes ao ano 3 vias dos cadernos D, instrumento de coleta das estatísticas agrícolas. Uma das vias era arquivada na agência municipal de estatística, outra enviada ao Departamento Estadual de Estatística e a terceira ao SEP — Serviço de Estatística da Produção do Ministério da Agricultura no Rio de Janeiro, que depois de criticar e totalizar os dados fornecia os resultados globais por Estado e total do Brasil.

Os Agentes municipais de estatística usaram desde o início o método de estimação subjetiva.

O esquema de funcionamento do IBGE, perfeito em sua concepção, foi levado a praticar em condições difíceis e em pouco tempo foi constatado que as estatísticas agrícolas resultantes não tinham a precisão desejada e sua publicação era feita com tanto atraso, que as informações perdiam seu valor como indicadores de conjuntura. Este fato ocorria em todo o País, mas foi sentido em São Paulo, onde a Secretaria da Agricultura utiliza mais intensamente, as informações estatísticas para a elaboração de planos de trabalho e medidas de defesa da agricultura.

Esta foi certamente a razão pela qual ao se estruturar a Seção de Regiões Agrícolas em 1942 foi atribuída aos En-

genheiros Agrônomos Regionais a incumbência de fazer previsões e estimativas subjetivas de área e produção dos principais artigos agrícolas produzidos em suas regiões. Entre os anos de 1942 e 1945, a Seção de Regiões Agrícolas produziu estatísticas agrícolas consideradas essenciais à análise da conjuntura agrícola no Estado de São Paulo.

O primeiro núcleo de economia rural da Secretaria da Agricultura do Estado foi criado na forma de Comissão que em 1945 foi transformada em Subdivisão de Economia Rural.

Os economistas rurais da Subdivisão preocuparam-se desde o início com as estatísticas agrícolas. Isto porque mesmo para as análises econômicas mais simples, eram insatisfatórias as informações disponíveis tanto em quantidade como em qualidade. A cobertura inadequada e a falta de precisão das estatísticas disponíveis tornavam duvidosas as conclusões ou indicações resultantes da análise econômica.

Entre as quatro Seções da Subdivisão, a de Previsão de Safras e a de Mercados e Preços estavam mais diretamente envolvidas com os problemas de estatísticas. A Seção de Previsão de Safras tinha por objetivo consolidar e ampliar o trabalho iniciado na Seção de Regiões Agrícolas. O grupo de estatística passou a se concentrar aí, e já sob a influência dos economistas rurais ampliou as estatísticas de conjuntura através dos relatórios mensais sobre a situação das culturas que eram resumidos e quantificados. Para obter dados sobre a divisão fundiária do Estado foi organizado o Cadastro dos Imóveis Rurais a partir do Rol de pagamento o imposto territorial rural.

Entretanto, sua atividade mais importante era a previsão da produção dos artigos mais importantes sob o ponto de vista de abastecimento de alimentos à população e de matérias-primas para a indústria, a fim de se evitar as especulações baixistas então correntes por ocasião da colheita.

Os dados de produção e preços dos 21 principais produtos foram utilizados no cálculo da renda bruta a partir de 1948. A renda bruta desses 21 produtos parece ter sido o primeiro indicador econômico da agricultura de São Paulo a ser calculado de maneira sistemática.

Os cálculos da renda bruta a que os economistas davam grande importância revelaram ainda mais a debilidade dos dados coletados sendo em consequência levantado o proble-

ma de melhoria da Previsão de Safras. Em consequência, um de seus técnicos foi encarregado de estudar os métodos modernos empregados na obtenção de estatísticas agrícolas a fim de verificar a viabilidade de sua utilização para a melhoria das estatísticas de previsão de safras no Estado feitas na Subdivisão.

c) *INTRODUÇÃO DO MÉTODO DE AMOSTRAGEM*

Em 1951 iniciou-se a fase preliminar das mudanças no sistema de previsão de safras. Foi feito um levantamento piloto no município de Indaiatuba onde se testou a viabilidade de uma amostra de propriedades cujos questionários seriam enviados e retornados por correspondência e outra levantada por visita direta. Ao mesmo tempo testou-se a viabilidade de utilizar o Rol de pagamento do imposto territorial rural como “sistema de referência” para amostragem e se determinou com as informações levantadas o tamanho necessário da amostra para estimar a produção dos seis principais produtos agrícolas do Estado com erro padrão não superior a cinco por cento.

Nos anos de 1952 a 1953 foram feitos levantamentos experimentais em todo Estado com amostra de 1.350 e 1.500 propriedades respectivamente.

Os esforços para a melhoria das estatísticas agrícolas foram coroados de êxito em 1954 quando se iniciou a publicação oficial do conjunto de previsões e estimativas obtidas pelo método de amostragem.

A Subdivisão não contava com os recursos necessários para os sucessivos levantamentos de campo considerados necessários e que então foram programados. A alternativa de se criar equipe volante para a execução das entrevistas e preenchimento dos questionários foi abandonada em favor de sua colaboração com a Seção de Regiões Agrícolas que contava com uma rede de Engenheiros Agrônomos cobrindo adequadamente o Estado.

Esta colaboração não foi prestada facilmente pelos Regionais tendo sido necessário fazer um trabalho de esclarecimento a fim de que eles aceitassem a idéia de executar o trabalho adicional, sem qualquer remuneração. Em seguida receberam instrução sobre a forma de preencher corretamente os questionários. É verdade que os questionários iniciais

eram muito simples, limitando-se, a perguntas sobre área e produção nas propriedades da amostra, o que, de certa forma, facilitava o relacionamento com os informantes.

Como todo trabalho novo, também este foi contestado a princípio. Os sucessivos acertos em nossas previsões de algodão, testadas com as entradas finais nas máquinas de benefício, consolidaram o prestígio do novo método. O fato de trabalharmos com um grupo renomado de economistas rurais também contribuiu para a consolidação do novo método, cuja introdução estava se iniciando no País.

A utilização do método científico, para o cálculo de previsões e estimativas da área cultivada e produção esperada ou colhida, limitou-se a aplicação de um esquema de amostragem probabilística na seleção das propriedades agrícolas que deviam constituir a amostra.

De forma que as extensões lógicas de nosso trabalho deveriam consistir da investigação sobre a possibilidade de ampliar o número de informações levantadas dentro do esquema posto em funcionamento; e do estudo dos métodos que permitissem a substituição das informações subjetivas colhidas junto ao responsável da empresa, por medições objetivas feitas na própria lavoura.

A inclusão sucessiva de itens sobre cultivos e explorações animais de importância econômica relativamente menor mostrou-nos que o esquema de amostragem adotado só proporcionava estimativas com erro de amostragem aceitável para dez produtos. O número de unidades de amostragem teria que ser substancialmente aumentado se se desejasse ter estimativas com baixo erro padrão para os demais artigos. Entre os insumos investigados somente a mão-de-obra total e, máquinas convencionais, foram estimados com precisão aceitável. Os demais itens como tratores, fertilizantes, defensivos e rações proporcionaram estimativas com erro padrão exageradamente elevados.

Para estes itens seria necessário adotar esquemas específicos de amostragem, ampliar substancialmente a amostra geral, ou recorrer a outras fontes como as firmas vendedoras ou aos registros administrativos.

Em 1958, com a transformação da Subdivisão de Economia Rural em Divisão, foi criada a Seção de Levantamentos Econômicos onde se tratou de desenvolver a aplicação da amostragem na obtenção de estatísticas agrícolas.

Os trabalhos visando substituir a informação do lavrador por medições objetivas nas lavouras se iniciaram com a pesquisa de método objetivo para a previsão da produção de Café ⁽²⁾. Em 1958, cada uma das propriedades com café teve sorteados ao acaso dois pés de café cujos frutos foram medidos e pesados, tendo se chegado a uma estimativa da produção total esperada da qual deveriam ser descontadas as perdas na árvore, no chão, no transporte e nas demais operações que precedem a venda do produto em côco ou beneficiado. O método, aparentemente, deveria fornecer estimativas precisas, entretanto, não chegou a ser utilizado rotineiramente porque se considerou que ele constituía carga excessiva de trabalho para os Regionais. Por outro lado, as comparações a posteriori, mostraram que as estimativas obtidas com os dados fornecidos pelos lavradores se aproximaram suficientemente dos totais obtidos através dos registros administrativos do Instituto Brasileiro do Café, que proporcionaram um censo do café comercializado.

A qualidade das informações sobre a produção de café satisfazia aos usuários, e não houve suficiente pressão por parte dos economistas no sentido de se aumentar a precisão das estimativas pela aplicação de métodos objetivos para prever e estimar a produção de café e de outros produtos.

As dúvidas levantadas no interior da Subdivisão sobre a correção das informações prestadas pelos lavradores quanto a área plantada foram neutralizadas com o auxílio de uma pesquisa limitada à cultura de algodão onde se constatou que o coeficiente de correlação entre a área informada e a área média era 0,98.

De forma que não se dispõe até hoje de levantamentos objetivos nem da estimativa de área e nem da previsão da produção.

Por indicação dos economistas do grupo, e com objetivo de se determinar índices de preços pagos pelos agricultores foi estruturado um questionário especial e durante o ano agrícola, de 1959, se fez um levantamento de campo que incluiu 1.500 propriedades. Desta forma foi possível determinar a proporção com que cada grupo de insumos participa-

(2) Agricultura em São Paulo, 1964, n.º 3-4.
Divisão de Economia Rural — Secretaria da Agricult. de S. Paulo.

va do gasto total da agricultura. A seguir foi implantado o levantamento regular dos preços daqueles artigos representativos de cada grupo, calculando-se então o índice de preços pagos pela agricultura.

d) *CRIAÇÃO DA DIVISÃO DE LEVANTAMENTOS E ANÁLISES ESTATÍSTICAS*

A reforma administrativa de 1968 determinou a transformação da Divisão de Economia Rural em Instituto de Economia Agrícola com a criação da Divisão de Levantamentos e Análises Estatísticas. Nela foram reunidas as atividades de previsão de safra, informações de mercados, análises estatísticas econométricas. Nesta ocasião, foi reformulado o conjunto das informações que deveriam ser levantadas regularmente. A partir de então, passaram a ser calculados mensal e anualmente alguns indicadores de conjuntura como os índices de preços recebidos, de preços pagos, de quantidade produzida, de valor, de área cultivada, de rendimento e alguns índices de paridade.

Para o estudo da estrutura e funcionamento das empresas que se dedicam a atividades específicas importantes como criação de bovinos, produção de leite e outras, estão sendo feitos levantamentos "ad-hoc", com amostra probabilística de propriedades sendo as informações para o preenchimento dos questionários prestadas pelos responsáveis da exploração.

Diante da inexistência de um volume suficiente de informações as autoridades têm optado ultimamente pelos levantamentos "ad-hoc". Firmas especializadas de planejamento e mesmo organismos oficiais de pesquisa são obrigados por isso a realizar levantamentos de dados primários tantas vezes quanto são os projetos, tornando muito elevado seu custo social. Boa parte das informações assim obtidas deveriam estar disponíveis através do órgão central de Estatísticas.

O grupo de estatística sente que nesta nova fase a influência dos economistas rurais na crítica e orientação de seus trabalhos não tem sido totalmente satisfatória. Há sem dúvida um efeito catalítico importante. Entretanto, o diálogo direto tem sido insuficiente.

Considerando o dinamismo da agricultura no Estado de São Paulo, conclui-se facilmente que o sistema de estatísticas agrícolas organizado na Secretaria da Agricultura só

será eficiente se tiver um “feed-back” constante dos usuários. É necessário uma espécie de resposta de mercado que oriente nossas atividades e somente os usuários podem dizer em que direção devem ser desenvolvidas as nossas atividades no que se refere aos assuntos investigados e ao grau de precisão desejado em cada caso.

O ideal seria ter um Conselho de usuários de estatísticas agrícolas a fim de que pudéssemos debater e compatibilizar as necessidades aí definidas com as possibilidades atuais e os recursos disponíveis. A inexistência de um tal organismo nos leva a crer que este debate só poderá ser feito com o grupo de economistas que seria intérprete das próprias necessidades e das dos demais usuários.

São três os pontos que devem ser aclarados na discussão com os economistas. Em primeiro lugar será necessário definir o conjunto mínimo de informações desejáveis e a periodicidade de seu levantamento. Em segundo lugar, torna-se necessário definir o grau de precisão com que deve ser levantado. E em terceiro lugar será necessário definir as informações necessárias por região ou por produto, bem como o grau de precisão dessas estimativas.

Parece que em São Paulo a interação com os consumidores de estatística não constitui, neste momento, problema crítico do sistema.

Acredita-se que no atual estágio de nossos trabalhos de produção e análise de estatísticas agrícolas, sua avaliação e melhoria depende fundamentalmente do aperfeiçoamento dos trabalhos de campo. Estes são executados pelos técnicos da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral.

A análise dos questionários levantados nos últimos anos deixam claro que a qualidade das informações obtidas pela rede de extensão a partir das informações prestadas pelo responsável da exploração deixa muito a desejar. As dificuldades são maiores sempre que as perguntas não se referem diretamente à quantificação das safras (área e produção).

Torna-se pois, necessário motivar os técnicos entrevistadores para a necessidade de melhoria dos dados levantados, o que implicará em maior quantidade de tempo e trabalho a ser dispendido junto aos informantes e na adoção de medições objetivas tanto quanto possível.

Atualmente a Divisão de Levantamentos está empenhada em um projeto de ampliação e melhoria das informações econômicas, dentro de um programa maior de pesquisas da Secretaria da Agricultura.

No momento está sendo estruturada a amostra de 7.000 propriedades que deverá resolver o problema de estimativas precisas para cada uma das 9 regiões em que se divide o Estado.

Nos próximos três anos, além de regionalizar as estimativas, teremos amostras especiais para aves e ovos, laranja, banana e hortaliças. Estamos empenhados ainda em aperfeiçoar a coleta e cálculo dos preços médios recebidos pelos produtores de frutas de clima temperado e hortaliças cujos preços variam enormemente em função da qualidade e estado de conservação.

Entretanto, para que tudo isso se concretize será necessário reforçar nosso trabalho junto à rede de assistência técnica, que, segundo a nova estrutura da Secretaria, é a única que pode proceder aos levantamentos de campo de forma contínua.

Os levantamentos de preços de insumos e quantidades consumidas pela agricultura do Estado não tem recebido toda atenção necessária. Mais importante que os totais consumidos seria determinar com precisão as culturas onde são aplicados, e isto não foi possível fazer até o momento.

De qualquer forma São Paulo é o Estado do Brasil que tem mais e melhores informações sobre sua agricultura, apesar do muito que ainda deve ser feito e melhorado.

e) *ESTATÍSTICAS AGRÍCOLAS BRASILEIRAS*

Ainda não foi concretizada pelo Governo a decisão de remodelar os serviços de estatísticas agrícolas contínuas em nível nacional.

Essa decisão deveria levar em conta que uma das condições para a implantação bem sucedida de um sistema de estatísticas agrícolas capaz de produzir o conjunto de informações exigidas nas atuais condições, é a existência de um grupo atuante de economistas rurais com a responsabilidade de proceder a análise do setor agrícola.

Daça sua responsabilidade funcional o grupo de economistas tenderá a exercer a crítica aos dados levantados, o que levará à definição do aperfeiçoamento e ampliação necessárias ao sistema de estatísticas agrícolas em funcionamento.

Entre o Ministério da Agricultura e a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (ligada ao Ministério de Planejamento) os dois órgãos federais que atualmente trabalham com estatísticas agrícolas contínuas, só o primeiro conta com um grupo estruturado de economistas rurais no Escritório de Análise de Política Agrícola — EAPA — com função de assessorar o Ministério da Agricultura.

Com o objetivo de estudar a possibilidade de levar para outros estados a experiência de São Paulo, foi executada, em 1971, uma Pesquisa preliminar para a implantação de um sistema integrado de estatísticas agrícolas nos oito Estados que mais contribuem para a renda agrícola do País.

O relatório apresentado ao Ministério da Agricultura concluiu pela viabilidade dessa implantação no prazo de dois anos.

O esquema testado envolve o planejamento centralizado do sistema e a execução do trabalho se faria em colaboração com os órgãos estaduais.

Os órgãos de planejamento nos estados têm a consciência da necessidade de boas estatísticas agrícolas e estão desejosos de colaborar na aplicação de métodos científicos na sua obtenção. Para isso esperam que o governo central proporcione o “know-how” e complemente os recursos necessários para a execução do programa conjunto.

No esquema apresentado seriam criados três grupos de trabalho. O primeiro para a produção de estatísticas de produção e de fatores de produção. O segundo de informações de mercado. O terceiro seria de análise estatística e econômica para a produção de estatísticas derivadas.

Neste momento, considerou-se que o mínimo indispensável de informações seria:

- 1 — Culturas: área, produção, preços.
- 2 — Pecuária: bovinos de corte e de leite, número de cabeças, produção de leite, produção de carne, avicultura, número de frangos e poedeiras, produção de ovos e frangos de corte.

- 3 — Emprego: pessoal ocupado, formas de pagamento, dias trabalhados, etc.
- 4 — Insumos de produção quantidades e valor:
 - a) tratores: segundo a potência
 - b) caminhões
 - c) adubos
 - d) inseticidas, fungicidas, herbicidas (defensivos)
 - e) sementes compradas
 - f) rações compradas
 - g) vacinas e medicamentos.
- 5 — Capital fixo:
 - a) área construída para residências — valor
 - b) área construída para produção — valor
 - c) valor das outras formas de capital fixo;

entretanto, seria de toda conveniência uma discussão em torno do detalhamento necessário em cada item, bem como o erro de amostragem admissível em cada caso.

A palavra está agora com os economistas rurais para uma crítica ao projeto apresentado e uma discussão sobre a melhor forma de se concretizar o projeto de melhoria das estatísticas a nível nacional.